



ATA DE REUNIÃO – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Sessão Ordinária nº 006/2021

Data: 24 de junho de 2021.

Hora: 15:00h.

Local: Sala nº 311 do 3º andar do IPAJM.

Presenças:

Bruno Tamanini Lopes - Membro do Comitê de Investimentos;

Edmilson Nunes de Castro - Membro do Comitê de Investimentos;

Tatiana Gasparini Silva Stelzer - Membro do Comitê de Investimentos.

Ordem do Dia:

1. Cenário Político e Econômico Atual;
2. Realocação de Recursos.

No dia 24 (vinte e quatro) de junho do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 15:00 (quinze) horas, na sala 311 (trezentos e onze) da sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, deu-se início a 6ª (sexta) Reunião Ordinária dos Membros do Comitê de Investimentos, debatendo os assuntos que seguem:

Item 01 – Cenário Político e Econômico Atual: tendo a palavra o Sr. Bruno Tamanini Lopes, que iniciou a sua fala tecendo seus comentários sobre o mercado externo, destacando que, diante de um cenário de elevada imunização nas economias desenvolvidas, a discussão global se volta para o destino das políticas econômicas ao redor do mundo. O surgimento de novas variantes, com destaque para a variante Delta, mantém o Coronavírus como um fator de risco na temática de crescimento global que poderia alterar a dinâmica das decisões dos bancos centrais, mas os resultados iniciais de pesquisas no Reino Unido e em Israel indicam que a vacinação com duas doses é efetiva em evitar um novo colapso no sistema de saúde. Em termos de política monetária, a última decisão do FED sinalizou que a perspectiva de três anos consecutivos de inflação acima da meta seria suficiente para que a maior parte dos diretores da autoridade monetária começassem a mostrar a necessidade de elevar a taxa básica de juros da economia. A mediana dos membros do FED vê, hoje, duas elevações da taxa da fed fund em 2023, mas, na divulgação de setembro, a tendência é que vejamos alteração dessa mediana, indicando alta já em 2022. Olhando para a utilização dos fatores de produção, vários indicadores mostram que os EUA são um dos países do mundo onde essa utilização se faz mais intensa, numa indicação de que o momento de retirada dos estímulos colocados para combater os efeitos da pandemia está próximo. No caso do mercado de trabalho, o desbalanceamento entre oferta e demanda por mão-de-obra segue vigente, sinalizando uma demanda muito elevada e uma oferta ainda restrita devido à política fiscal de manutenção de renda ativa e aos receios que ainda existem com relação ao COVID. Há uma parcela da população americana que se aposentou nos últimos 15 meses e dificilmente retornará ao mercado de trabalho enquanto houver o risco de novas ondas de infecção e sem que haja aumento dos rendimentos do trabalho. Como as transferências de renda seguirão presentes até setembro e o processo de reabertura segue vigente, a não ser que o surgimento de novas variantes do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



COVID leve a uma nova rodada de medidas restritivas, números fortes de contratações são esperados ao longo dos próximos meses nos EUA e terão implicações para as decisões de política econômica. No caso da inflação, a pressão observada até o momento ainda pode ser caracterizada como momentânea, mas, com a tendência de números muito fortes no mercado de trabalho e com a pressão vindoura sobre aluguéis, a tendência é que ela se torne um fenômeno mais permanente. Nesta perspectiva, o FED, que era visto como o banco central mais *dovish* do mundo, devolverá para o Banco Central Europeu e para o Banco Central do Japão o bastão de autoridades monetárias a manter a política mais frouxa do mundo, o que terá implicações para a dinâmica das moedas no segundo semestre. Passando a palavra para o Sr. Edmilson Nunes de Castro, ele fez ampla análise do cenário doméstico, destacando que até o momento, junho tem se demonstrado um mês volátil ao mercado brasileiro, atento aos desígnios de uma reforma tributária que se mostrou no mínimo desastrosa, mas também observou uma postura mais dura do Banco Central quanto à inflação e a resposta adequada da política monetária trouxe efeitos importantes como a continuidade da valorização do Real frente ao dólar. Ainda que sejamos uma nação com viés exportador, as características da precificação de bens de consumo no Brasil têm forte peso do dólar, daí o papel da sua queda de valor na sensação de ‘conforto’ da população. O Real se valorizou 4,91% frente ao dólar durante o mês, vindo de uma sequência positiva, basicamente como resultado da melhora da relação de juros do país, frente aos seus pares internacionais. Neste mesmo cenário, a contínua pressão de commodities manteve forte influência na inflação, assim como os problemas hídricos, os quais impactam tanto alimentação, quanto energia elétrica e pela elevação do preço do gás natural. Ainda assim, se não fosse a valorização cambial, o cenário certamente seria muito mais desafiador para o Banco Central e a política monetária atual. Junho vem contando com uma série de indicadores econômicos relevantes acima das expectativas, demonstrando o impacto limitado das restrições de locomoção com a segunda onda pandêmica, elevando as projeções de PIB para o final de ano, porém incluindo mais um ponto de atenção para a política monetária do Banco Central. Com o apetite internacional pelo prêmio de maior risco, observa-se também um ímpeto mais positivo de nosso mercado, com alta do Ibovespa de 6,54% no semestre, 8,52% no trimestre e de 1% até agora em junho, onde os 130.000 pontos já foram rompidos. Por fim, mesmo após a elevação da CSLL de bancos de 20% para 25%, a gana do governo por recursos para financiar um programa de assistência social robusto trouxe como resposta uma “reforma” tributária, que basicamente taxa em especial os investimentos e nem de longe trata do problema da complexidade tributária que tanto atinge o custo Brasil, além dos problemas das taxações em escala e ‘fronteiras’ tributárias. Ainda que em discussão, a proposta foi vista como unanimemente ruim e seu trâmite tende a chamar atenção daqui em diante. Tendo a palavra a Sra. Tatiana Gasparini Silva Stelzer, ela teceu seus comentários sobre o cenário político nacional, ressaltando que no dia 21 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou por 258 votos a 136, a Medida Provisória (MP) 1031/21, que permite a desestatização da Eletrobrás, representando assim, a primeira privatização de peso do governo Bolsonaro. O cumprimento dessa promessa neoliberal de campanha, contudo, teve o custo da aceitação de elevado número de emendas de temas estranhos à matéria, os chamados jabutis. A essência da medida provisória previa um processo de capitalização da Eletrobrás, com a diminuição a participação acionária estatal na companhia, prevendo a venda de ações no mercado e passagem do controle acionário estatal, mantendo uma golden share para questões estratégicas. No entanto,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



durante a tramitação no Congresso, a MP foi acrescida de emendas que mudaram sensivelmente seu teor inicial. Entre as emendas aprovadas há uma que autoriza o governo federal a iniciar as obras da linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista após a apresentação do Plano Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI), sem que passe pelo Ibama e pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Após gestão permeada de controvérsias, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pediu demissão em 23 de junho, em um contexto de crescente pressão e sob inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à facilitação de exportação ilícita de produtos florestais, tentativa de prejudicar investigações sobre apreensão de madeiras e atendimento de interesses de madeireiros pela revogação de normas da pasta. Os inquéritos passam para a primeira instância. O Ministério Público também solicitou seu afastamento em investigação sobre contratação suspeita de helicópteros para o Ibama. Durante a gestão de Salles, a pasta esteve sob os holofotes da pressão nacional e internacional sobre a crise das queimadas, do derramamento de óleo em praias do nordeste e do avanço do desmatamento, em um cenário de retórica inflamada contra ONGs ambientais e comunidades indígenas. Importante adicionar ao contexto da saída de Salles, a denúncia realizada pelo deputado Luís Miranda (DEM-DF) na CPI da Pandemia, também em 23 de junho, sobre a compra supostamente superfaturada da vacina Covaxin, do laboratório indiano Bharat Biotech. O deputado alegou que informou diretamente o presidente Bolsonaro pelo caso, relatado ao deputado pelo seu irmão, Luís Ricardo Fernandes Miranda, funcionário de carreira do Ministério da Saúde. A acusação no âmbito da CPI pode ter efeitos diretos no Planalto, sendo este potencialmente o segundo caso de corrupção diretamente ligado ao primeiro escalão ministerial, junto com as investigações sobre Salles. Dessa forma, a saída de Salles pode ser, além de uma cortina de fumaça sobre temas sensíveis ao Planalto, um busca por distanciamento de questões que podem estimular críticas ao governo.

Item 02 – Realocação de Recursos:

Não houve realocações de recursos desde a última reunião até a presente data, com a necessidade da participação do Comitê de Investimentos.

Considerações Finais:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Edmilson Nunes de Castro, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos membros presentes.

Certificação Profissional ANBIMA CPA-20 **Edmilson Nunes de Castro**
Membro do Comitê de Investimentos

Certificação Profissional ANBIMA CPA-20 **Bruno Tamanini Lopes**
Membro do Comitê de Investimentos

Certificação Profissional ANBIMA CPA-20 **Tatiana Gasparini Silva Stelzer**
Membro do Comitê de Investimentos

ASSINATURAS (3)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

BRUNO TAMANINI LOPES
MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS
SAR - IPAJM - GOVES
assinado em 20/10/2021 10:38:28 -03:00

EDMILSON NUNES DE CASTRO
MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS
GFI - IPAJM - GOVES
assinado em 20/10/2021 10:38:03 -03:00

TATIANA GASPARINI SILVA STELZER
MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS
SAR - IPAJM - GOVES
assinado em 20/10/2021 10:26:34 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/10/2021 10:38:29 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por BRUNO TAMANINI LOPES (MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS - SAR - IPAJM - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-3PX5Z2>